



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
E GESTÃO SOCIAL

RAIMUNDO FERREIRA LIMA

**INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
(REGIONAL 1): É COISA PARA VELHOS?**

FORTALEZA-CE

2020

RAIMUNDO FERREIRA LIMA

**INCLUSÃO DIGITAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
(REGIONAL 1): É COISA PARA VELHOS?**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Pós-graduação de Políticas Públicas e Gestão Social do Centro Universitário Fametro (Unifametro) como requisito para obtenção do grau de Especialista.

Orientação: Prof.^a Dra. Adriana de Oliveira Alcântara.

FORTALEZA-CE

2020

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CF	Constituição Federal
DOAJ	Directory of Open Access Journals
EBSCO	Elton Bryson Stephens Company
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
PNI	Política Nacional do Idoso
RCAAP	Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
SCIELO	Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

1	PROBLEMATIZAÇÃO.....	4
2	JUSTIFICATIVA.....	9
3	OBJETIVOS.....	10
3.1	Objetivo Geral.....	10
3.2	Objetivos Específicos.....	10
4	REVISÃO DE LITERATURA.....	11
5	METODOLOGIA.....	14
	REFERÊNCIAS.....	17

1 PROBLEMATIZAÇÃO

O título provocativo e questionador deste projeto se justifica devido à contemporaneidade apresentar um cenário improvável, possivelmente, há cerca de 30 anos atrás – velhos em interação com o mundo cibernético, algo que ainda no imaginário social não se encaixa como “coisa de velhos”.

Tal como defende Alcântara (2015, p. 3) assumo o termo velho, de maneira a chamar atenção para a necessidade de romper com o preconceito em relação à idade, a ponto de, por exemplo, a palavra “velho” significar até uma ofensa, passando a ser uma nomenclatura interdita, isto é, vê-se a negação da última fase da vida, é mais fácil encobrir. Logo: “Como o sujeito do processo de envelhecimento são os velhos, descarto quaisquer expressões eufemísticas que tendem a obscurecer determinado contexto o qual não é posto naturalmente, mas construído social, cultural e historicamente.”

Peixoto e Clavairolle (2005, p. 92), expressam que as pessoas envelhecidas estão se vinculando aos progressos tecnológicos, e assim permanecem compreendendo a dimensão desse assunto nas suas vidas, logo que esta proximidade as tecnologias de informação e comunicação lhes permitem um melhor relacionamento com os seus netos.

Segundo Peixoto (2005, p. 57): “As “novas tecnologias” sempre estiveram associadas à modernidade e, portanto, ao novo/recente/juventude, contrastando com o velho/antigo/velhice”. Ao que parece predomina ainda esse contraste entre o novo e o velho face às representações sociais e, assim, a autora observa: “No imaginário social, tudo acontece como se existisse uma incompatibilidade entre novidade e velhice”.

Alcântara (2010, p.253) também se reporta à autora ora referida tendo em vista sua pesquisa sobre relações intergeracionais ao analisar as trocas entre avós e netos:

Os velhos, igualmente, aprendem na relação com seus netos. Aqui, cabe mencionar o estudo de Peixoto (2000, p.109) sobre transmissões entre gerações. Para a autora, as transmissões se tornam trocas, pois os netos também transmitem algo para seus avós. Os avós brasileiros revelam “encontrar nos mais jovens a ‘alegria de viver’, que lhes dá ‘força para continuar’ aprendendo as ‘novidades da vida atual’ e mantendo assim a ‘cabeça jovem’”

Continuando, Alcântara argumenta que o medo da informática é possível de ser superado no convívio dos velhos com as crianças, exemplificando com o estudo de Peixoto o qual aponta que os ditos resistentes ou arcaicos se matriculam em cursos de computação a fim de aproximarem dos netos e continuarem os vínculos, mesmo distantes, uma vez que a internet facilita a comunicação.

Alcântara (2010, p.254) cita as dificuldades dos interlocutores de sua pesquisa:

Embora haja, em Jordão, aparelhos de TV modernos com controle remoto e DVD, quando eu perguntava se os velhos sabiam utilizar tais aparelhos, eles respondiam que os netos ou os filhos ligavam; e, quanto ao uso de caixas eletrônicas (autoatendimento), também não sabem operacionalizar, recorrendo assim, à fila destinada a eles.

É oportuno aqui, refletir sobre o confronto entre a tradição e a modernidade, ou seja, apesar das intensas e velozes transformações, sobretudo no campo da ciência, os modos de vida da tradição persistem em meio à sociedade contemporânea, sendo caracterizada assim, como sociedade complexa. Há espaço para uma geração que só lembra o tradicional? Como pensar o velho diante do novo? Gerações diferentes convivem. Este é um exemplo concreto do que é complexidade. Reis et al. (2018, p.277) ressaltam:

A sociedade moderna apresenta inúmeros status para as pessoas idosas e, em muitos desses, há o preconceito que floresce. Um exemplo seria dos jovens que, pelo vigor, são geralmente mais hábeis em diversas situações cotidianas e áreas da vida. O idoso tem dificuldade frente às inovações das tecnologias da informação e comunicação – TICs, situação que os jovens têm muito conhecimento, mesmo porque têm acesso a muitas fontes exteriores de conhecimento. Algumas situações como essa sustentam os preconceitos que idosos enfrentam quando têm dificuldade, por exemplo, de passar um WhatsApp®, utilizar um caixa eletrônico no banco para receber o seu pagamento, entre outros. **Com** isso, pode-se criar um preconceito de que o idoso não possui habilidades com as TICs, porém isso não é uma característica de todos os idosos.

Mas partindo do entendimento de que “onde há vida há inacabamento”, como nos ensinava Paulo Freire (2019, p.50), é possível sim ultrapassar interdições em função do que significa ter uma idade ou de ser o que se é, mas não sem consideráveis resistências, haja vista a sociedade ser moldada para a juventude como se esta fosse eterna.

Segundo Kachar (2001), ao citar Pimenta (2009, p. 23), as tecnologias, no momento em que são expandidas com a finalidade de beneficiar e simplificar, consegue direcionar possibilidades para aqueles que a masueiam. Utilizada

adequadamente, essas tecnologias pode contribuir para descomplicar o desenvolvimento da convivência, aperfeiçoando assim, seus relacionamentos pessoais

A vida vivida mostra que estar velho hoje não implica tão somente assumir a atribuição de contar a história, mas também interagir nesta sociabilidade marcada pela inovação tecnológica em que atividades rotineiras já requerem o uso deste mecanismo, a exemplo manuseio do caixa de autoatendimento, aparelhos de celular, redes sociais que, inegavelmente é um ganho, de modo a favorecer o cotidiano.

Nesse debate, de modo frequente, a questão de indicadores sociais de diferentes ordens, desde as condições sociais de vida, de moradia, educação, saúde até as dimensões de direitos e de deveres, encontram-se em jogo. Não por acaso, tal debate se institui. Trata-se de pensar o mundo moderno como um contexto que por sua modernização e alcance tecnológico, alterou a realidade do envelhecer, agora, prolongado em termos da expectativa de vida de diferentes sujeitos sociais, dando origem a uma nova ordenação do envelhecimento, fato que passa a demandar exigências econômicas, sociais e políticas as mais diversas.

Apesar do princípio de igualdade jurídica desta sociedade e do significativo progresso científico e tecnológico há muito o que se fazer, pois coexiste uma intensa desigualdade na base econômica, acarretando na impossibilidade do acesso de toda a coletividade, situação esta que deve ser destacada, pois como fomentar políticas públicas com o ideal de qualidade de vida em meio a um contexto de extrema desigualdade?

Neste sentido, Alcântara (2010, p. 24) menciona: “[...] expectativa de vida está se expandindo e, assim, criando situações inovadoras. A convivência entre os velhos e seus familiares permite repensar as trocas e os papéis de cada um”. É percebido que, se há um número expressivo de velhos na Era moderna, foram instituídos recursos que possibilitaram uma integração deste segmento em meio a um contexto de mudanças e demandas. Aqui vale destacar sobremaneira, a consolidação de direitos fundamentais como a aposentadoria, efetivada pelo Estado de bem-estar social e no caso específico do Brasil, a implantação de uma legislação própria, o Estatuto do Idoso, fruto de toda uma mobilização da sociedade civil, onde inclusive, o próprio velho se insere como ator político nesse espaço de mudanças, provocado pela modernidade (RABELO; NASCIMENTO, 2007).

Cabe ainda mencionar que a idade é uma realidade presente nas vidas das pessoas, contudo as condições resultantes do processo de envelhecimento variam de pessoa para pessoa. No Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03, Art. 1º), são definidas como idosas todas as pessoas de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e sendo assegurada aos maiores de 80 anos uma prioridade especial (conforme Lei 13.466/17 que altera os Arts. 3º, 15 e 71 da Lei nº 10.741/03).

Em consonância com Santos (2010), a velhice pode ser vista como o processo final do envelhecimento humano, em que é descrita como uma condição que qualifica o ser humano idoso, o qual apresenta certas modificações biológicas inerentes aos velhos, tipo: cabelos brancos, calvície, rugas, diminuição dos reflexos, compressão da coluna vertebral, e tantos outros.

Por outro lado, a velhice das pessoas não pode ser medida pelos seus anos vividos, pois existem especificidades diferentes entre cada um na sua trajetória de vida social, assim como argumenta (Alcântara, 2003, p.3): “ser velho não está restrito à quantidade dos anos vividos e, ao se focalizar diferentes grupos sociais, [...] envelhecem de forma diversa, especialmente quando se analisa a sua situação na hierarquia social”.

Feitas tais considerações, este projeto se direciona a analisar as ações, para o acesso dos velhos à inclusão digital no Município de Fortaleza (Regional 1). Segundo Temóteo (2011), a falta de conhecimento tecnológico promove no velho uma sensação de excluído, de inutilidade, atingindo o seu amor-próprio. Diante tal constatação, percebemos que é fundamental um olhar refletido para a inclusão dos velhos na área da tecnologia digital.

Para tanto é mister contemplar assuntos considerados importantes à inclusão digital dos velhos, a despeito das diversas opções das novas tecnologias, especialmente porque este direito está estabelecido na Lei nº 8.842, de 4 de Janeiro de 1994 (Política Nacional do Idoso), na Constituição Federal (Art. 230), e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03, Art. 21) e assim, compreender as particularidades que precisam ser vistas quando da oferta da informática a um público tão específico.

Assim, chegamos ao século XXI com os velhos sendo atraídos pelas inovações tecnológicas, e com isso podendo ter livre acesso a recursos os quais podem atender aos seus interesses, assim como descreve Temóteo (2011, p. 59): “Em um contexto de irreversível globalização, os investimentos em ciência e

tecnologia da informação [...] é capaz de gerar mudanças econômicas e sociais significativas”.

Segundo Lévy (1996) toda nova tecnologia cria seus excluídos. Considerando este pensamento, percebemos que é fundamental um olhar refletido para a inclusão dos velhos na área da tecnologia digital. Com relação à sociedade brasileira, este segmento continua experimentando grandes obstáculos no que se referem à integralização digital, visto que, na sua grande maioria, é excluída dos saberes tecnológicos.

Tal conhecimento proporciona às pessoas a permanecerem integralizados entre os seus familiares e amigos, em um convívio de troca de ideias e informações, com o objetivo de explorar o seu próprio potencial. Frente a estas circunstâncias, Tavares e Souza (2012, p.2) relatam a relevância desse assunto no Estatuto do Idoso: “[...] com ênfase na necessidade de interação com os aparatos tecnológicos, para que este público tenha mais autonomia ao executar tarefas cotidianas [...]”.

Face a tantos desafios impostos para a sociedade, é necessária uma resposta rápida e conveniente do Estado para que a população em tela seja capaz de acompanhar esta evolução tecnológica do conhecimento, conforme assim retrata Temóteo (2011, p.61): “[...] A familiaridade com teclas e botões se faz necessária para a manipulação não só de computadores [...]. Portanto, o conhecimento das tecnologias digitais é um pré-requisito para se ter autonomia[...].

Deste modo, Temóteo (2011, p. 61) afirma que a inclusão digital para os velhos está muito longe de ser concluída, pois ainda existem vários fatores que ainda incidem diretamente este afastamento.

As oportunidades de acesso à Internet e de participação social não são as mesmas para todos. [...] há muitos brasileiros que ainda não têm acesso a serviços públicos básicos [...]. O grave problema da exclusão digital reflete a grande desigualdade socioeconômica existente no País, inclusive as desigualdades regionais.

Assim na contemporaneidade, os indivíduos que estão à margem da inclusão digital possuem mais dificuldade, ou a timidez para acessar algumas atividades consideradas fáceis e fundamentadas em tecnologias modernas.

A proposta de investigar as possibilidades de inclusão digital pelos velhos implicará no estudo das seguintes categorias: velhice, inclusão digital, alfabetização digital de velhos e exclusão social. Para Gil, “[...] um problema é de natureza científica quando envolve variáveis que podem ser tidas como testáveis” (2008, p. 24),

Portanto, definimos a pergunta de partida desta investigação: Como se configuram as ações para o acesso dos velhos à inclusão digital no Município de Fortaleza (Regional 1)? Também se objetiva verificar se existem parcerias voltadas à inclusão digital deste segmento com Organizações de Sociedade Civil; saber dos interesses, necessidades e barreiras para o acesso às tecnologias de informações; e apreender o significado da inclusão digital para os velhos.

A Região Administrativa 2¹, escolhida para este estudo é composta pelos seguintes territórios: a) Território 2: Vila Velha e Jardim Guanabara; b) Território 3: Barra do Ceará; c) Território 4: Cristo Redentor e Pirambu; d) Território 5: Carlito Pamplona e Jacarecanga; e e) Território 6: Jardim Iracema, Álvaro Weyne e Floresta – será o campo para entender a realidade vivenciada pelos velhos que são moradores desta área nas diversas classes sociais, e também para dar continuidade aos meus estudos na área de tecnologias educacionais e políticas públicas nesta região administrativa da cidade de Fortaleza que também faço parte.

2 JUSTIFICATIVA

O fascínio em estudar a velhice e, especificamente, a temática da “inclusão digital” foi despertado durante as aulas da disciplina de Seminário Temático de Gerontologia, ministrada pela Profa. Dra. Adriana Alcântara de Oliveira. Durante os encontros na sala de aula debatiam-se de modo integralizado as questões relacionadas ao processo de envelhecimento. Por outro lado, me deparei também com situações em que observei alguns velhos apresentando dificuldades ao acessar as tecnologias de informações, como por exemplo, a Central de Serviços “MEU INSS”².

A presente pesquisa se justifica dentro no âmbito da sociedade atual, considerando que a inclusão digital dos velhos favorece melhores condições de vida, visto que tal prática preserva as suas habilidades em adquirir mais conhecimentos e também na adequação as novas oportunidades ocasionadas pelo mundo contemporâneo. Assim como descreve Kachar (2010, p. 135):

¹ A nova distribuição das regiões administrativas: Acordo Lei Complementar nº 0278, de 23 de dezembro de 2019. Publicada no Diário Oficial do Município de Fortaleza de 27 de dezembro de 2019 nº 16.658, p. 11 a 14.

² É uma ferramenta criada para facilitar a vida dos segurados. O Meu INSS é acessível por meio de computador ou celular. A ferramenta permite fazer agendamentos, solicitar benefícios, serviços e realizar consultas. O segurado acessa e acompanha todas as informações da sua vida laboral (ou seja, sua história de trabalho) como dados sobre contribuições previdenciárias, empregadores e períodos trabalhados. BRASIL (2019).

O acesso às tecnologias da informação e comunicação tem crescido na população brasileira, pelo próprio barateamento das tecnologias; do mesmo modo, o surgimento de iniciativas e programas de inclusão digital, seja a partir do governo ou do terceiro setor. Além da aplicação de alguns dos recursos em contextos de ensino e aprendizagem na Educação Básica e no Ensino Superior.

A tecnologia proporciona aos velhos permanecerem integralizados entre os seus familiares e amigos, em um convívio de troca de ideias e informações, com o objetivo de explorar o seu próprio potencial. Diante destas circunstâncias, Tavares e Souza (2012, p.4) afirmam que no:

[...]que diz respeito ao adulto idoso, o Estado deve oferecer recursos não apenas para educação escolar regular, mais também para o ensino das novas tecnologias (inclusão digital). Para que os velhos consigam exercer a sua cidadania, sem o sentimento de exclusão da sociedade por não acompanhar os avanços tecnológicos. Promover ações e políticas de inclusão digital é uma forma de oportunizar ao idoso a possibilidade de usufruir da gama de conhecimento que na atualidade estão disponíveis nos ambiente web (revistas, jornais, portais acadêmicos, blogs).

Porém, em outra análise, convém evidenciar que existem obstáculos que são enfrentados pelos velhos para a sua inclusão digital, e é claro que persiste um preconceito social, uma vez que existem pontos de vista injustos, reproduzindo a imagem dos velhos como incapazes e ociosos. Também é inegável que há velhos excluídos dos seus direitos, considerando a falta de investimentos ou uma educação insuficiente para esta área.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar como se configuram as ações para o acesso dos velhos à inclusão digital no Município de Fortaleza (Regional 1).

3.2 Objetivos Específicos

Compreender como são elaboradas as políticas de inclusão digital para velhos no Município de Fortaleza (Regional 1);

Verificar se existem parcerias das instituições públicas com organizações civis que incentivam a inclusão digital para os velhos no Município de Fortaleza (Regional 1);

Identificar os projetos resultantes das parcerias com instituições públicas

com organizações civis que incentivam a inclusão digital para os velhos no Município de Fortaleza (Regional 1).; e

Apreender o significado da inclusão digital para os velhos.

4 REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico para esta pesquisa será constituído, inicialmente, por autores que analisam e discutem as seguintes categorias: velhice, inclusão digital, alfabetização digital de velhos e exclusão social. Portanto, a contribuição de autores como Cauduro (2008), Peixoto e Clavairolle (2005), Temóteo (2011), Kachar (2010), Oliveira (2006), Tavares e Souza (2012), Beauvoir (1990), Neri (2007) e Almeida et al (2005), Alcântara (2003 e 2010), e Martins (1997) tornam-se fundamentais, pois trazem conhecimentos para compreender os diversos fatores relacionados as questões associadas a inclusão digital dos velhos.

De acordo com os dados do IBGE (2018), a população continua mantendo a predisposição para o envelhecimento:

A população idosa tende a crescer no Brasil nas próximas décadas, como aponta a Projeção da População, do IBGE, atualizada em 2018. Segundo a pesquisa, em 2043, um quarto da população deverá ter mais de 60 anos, enquanto a proporção de jovens até 14 anos será de apenas 16,3%.

Kachar (2010, p. 135), uma das principais referências nos estudos sobre inclusão digital dos velhos, assinala:

A geração mais nova tem intimidade e atração pelos artefatos tecnológicos, assimila facilmente as mudanças, pois já convive desde tenra idade, explorando os brinquedos eletrônicos e/ou brincando com o celular dos pais. Porém, a geração adulta e mais velha, de origem anterior à disseminação do universo digital e da internet, não consegue acolher e extrair tranquilamente os benefícios dessas evoluções na mesma presteza de assimilação dos jovens.

A autora ao enfatizar a realidade da inclusão digital para os velhos evidencia que não existe um suporte educativo para que estas pessoas possam usufruir também dessas inovações tecnológicas. Esta observação será considerada na aplicação da pesquisa empírica.

Desse modo, seria necessária a criação de novas ideias voltadas para atender os velhos. Segundo Tavares e Souza (2012, p.5), é necessário prover dispositivos e instrumentos de inclusão indicados para cada idoso, com o objetivo de atender a particularidade de cada um, e não simplesmente aceitar os produtos

oferecidos pelo mercado, onde este público específico é obrigado a se ajustar aos diversos materiais produzidos nesta área.

Por outro lado, devemos nos atentar que os velhos para adquirir conhecimento dependem de vários aspectos, como a sua linguagem, a sua memória, o seu raciocínio e a sua capacidade de assimilação, que são fatores importantes para o seu aprimoramento intelectual. Assim Oliveira (2006, p.25), afirma:

Deve considerar-se que as alterações nas habilidades cognitivas³ existem com o passar da idade, porém não podem ser generalizáveis e tampouco servirem de desculpa para a não implementação de esforços a fim de inserir o idoso no mundo digital da Internet. Além do mais, a metacognição⁴ que, parece ser uma habilidade que aumenta com o passar do tempo, aparece como fator importante da aprendizagem. Portanto, pode-se estimular a independência e a autonomia do idoso na utilização de suas reais capacidades cognitivas e metacognitivas.

Contudo, a inclusão digital, por intermédio da capacidade que a rede de computadores possibilita, faz surgir à dificuldade do alcance a todas as pessoas, principalmente os velhos. No ponto de vista de Oliveira (2006, p.57), o envelhecimento:

traz consigo algumas peculiaridades relativas ao declínio cognitivo e mudança nos hábitos de vida. O grau de intensidade e importância que assumem depende de cada pessoa, de seu desenvolvimento em particular ao longo de sua vida. A idade cronológica aparece como referência para a distribuição de recursos públicos na área da saúde e dos benefícios sociais, não devendo, portanto, assumir tanta importância como marco referencial. O peso maior relativo ao declínio cognitivo vem junto com os hábitos e outras condições socioeconômicas presentes durante o ciclo de vida.

Então, na contramão dessa evolução tecnológica do conhecimento, aparece o fenômeno da exclusão digital que pode estar vinculada a exclusão social. Segundo Almeida et al (2005) apud Amaro (2004), a exclusão social é originada de diversos fatores com características próprias:

³ As habilidades cognitivas são um conjunto de habilidades que são aprendidas em diferentes graus, conforme um indivíduo cresce e se desenvolve mentalmente. As habilidades cognitivas são habilidades usadas para aprender, compreender e integrar as informações de uma forma significativa. Informação aprendida cognitivamente é entendida e assimilada, não apenas memorizada. exemplos de habilidades cognitivas incluem habilidades motoras, memória, atenção, percepção e uma categoria ampla conhecida como habilidades executivas. Disponível em: <<https://www.posestacio.com.br/o-que-sao-as-habilidades-cognitivas/noticia/271>>.

⁴ A metacognição como processo da aprendizagem é o conhecimento dos próprios produtos cognitivos, isto é, o conhecimento que o sujeito tem sobre seu conhecimento. BEBER, Bernadette; SILVA, Eduardo da; BONFIGLIO, Simoni Urnau. Metacognição como processo da aprendizagem. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 31, n. 95, p. 144-151, 2014 .

a) Fatores de natureza estrutural, o qual o sistema econômico com suas regras e imposições, estratégias políticas, modelos de comunicação e de informação e a globalização;

b) Fatores de âmbito local – específicos do mercado local de trabalho, da performance do desempenho da administração pública local, das discriminações sociais e culturais, e outros mais; e

c) Fatores de nível individual e familiar – advém das vivências vividas durante a trajetória de vida, competências interrompidas ou não reconhecidas de ocorrências negativas, situações relativas a condição de empregado e desempregado, habilitações profissionais conquistadas ou não, nível de escolaridade, entre outros.

Diante de tantos desafios impostos para a sociedade, são necessárias respostas mais rápidas para que a população consiga acompanhar esta evolução tecnológica do conhecimento, conforme retrata Alves (2009, p.19):

Estamos perante novos desafios que implicam respostas eficazes face a impactos que a Sociedade da Informação está causando. As novas tecnologias estão reestruturando a sociedade, produzindo mudanças sociais significativas e não consensuais, suscitando dilemas e escolhas éticas e introduzindo rupturas nas concepções político-econômicas dominantes. Para **acompanhar as rápidas mudanças em curso**, torna-se de extrema relevância a **aquisição de novas capacitações e conhecimentos**. (grifo nosso).

Deste modo, a inclusão digital para os velhos está muito longe de ser concluída, pois ainda existem vários fatores que ainda incidem diretamente para com a exclusão digital. De acordo com Lizuka (2003, p. 16):

Há diversas barreiras para que as novas tecnologias de comunicação e informação, em especial a internet, cheguem à maior parte da população mundial: a falta de infraestrutura tecnológica, o preço dos computadores e o valor para conectá-lo a grande rede, a falta de conhecimento e o analfabetismo são os mais evidentes. Existem, porém, outros fatores que são sutis e que dificultam a expansão tecnológica, tais como o desinteresse tecnológico, a idade das pessoas, a repulsa pelas novas tecnologias, os tipos de políticas públicas na área da Educação, da Cultura, da Ciência e Tecnologia etc.

Nesse contexto da exclusão social, estão os velhos envolvidos entre os vários interesses da sociedade, os quais ficam a mercê dos seus próprios destinos. De acordo com Beauvoir (1990, p. 108):

É o sentido que os homens conferem à sua existência, é seu sistema global de valores que define o sentido e o valor da velhice. Inversamente: através da maneira pela qual uma sociedade se comporta com seus velhos, ela desvela sem equívoco a verdade – muitas vezes cuidadosamente mascarada – de seus princípios e de seus fins.

Martins (1997, p. 13) sustenta o seu ponto de vista de que a ideia de exclusão social é utilizada pela igreja católica para desfigurar a realidade em alguma coisa sem significado. Ainda para este autor (p. 14) não existe exclusão social:

Rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, **existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes**; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva (grifo nosso).

A concepção de exclusão social na realidade é definida por Martins (1977, p.26), o qual a considera como: “o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal”. Na opinião do mesmo autor (p.32), a exclusão nasce com a sociedade capitalista que: “[...] desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nesta inclusão”.

5 METODOLOGIA

Para o cumprimento da nossa investigação teórica deste anteprojeto de mestrado utilizaremos a seguinte metodologia para o percurso metodológico da pesquisa científica:

Realizaremos uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza básica, com objetivos (exploratória e descritiva) e aplicaremos os seguintes procedimentos: bibliográfica, documental e campo. Com esta metodologia iremos perceber e investigar o conhecimento acerca dos fenômenos a partir da compreensão dos integrantes diante de uma conjuntura natural e relacionada à realidade que os envolve, baseada em suas vivências, pontos de vista e conceitos, de forma a expressar seus modos próprios de pensar.

Ao utilizarmos a abordagem qualitativa na pesquisa estudaremos e analisaremos os dados da realidade do tema proposto neste anteprojeto de mestrado. Assim como descreve Gil (2008, p. 175) quanto a este tipo de abordagem:

[...] O mesmo não ocorre, no entanto, com as pesquisas definidas como estudos de campo [...]. Os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa. [...] não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador.

Ao optarmos pela pesquisa de natureza básica apresentaremos novas informações importantes para o desenvolvimento da ciência, envolvendo

observações. Segundo Gil (2008, p. 26): [...] “A pesquisa pura busca o progresso da ciência, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas [...]”.

Quanto aos objetivos deste anteprojeto, esta pesquisa será considerada como exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008, p.27) a pesquisa exploratória e descritiva permite proporcionar a proximidade dos pesquisadores com o tema, no propósito de tornar o resultado do estudo mais preciso, procurando assim descrever as particularidades de determinado grupo ou acontecimento ou a determinação de vínculo entre diversos fatores envolvidos na pesquisa.

Para o levantamento e a coleta de dados estaremos utilizando os seguintes procedimentos para atingir os nossos objetivos na pesquisa, acordo Gil (2008):

a) Bibliográfica: É concebida baseada em material já criado, formado sobretudo de livros e artigos científicos. As seguintes fontes serão consultadas: Obras obtidas através do levantamento bibliográfico, com consulta a materiais da rede Scielo, Google Acadêmico, a EBSCOHost, Portal de Periódicos Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Directory of Open Access Journals (DOAJ), o portal RCAAP, o Portal Brasileiro de Publicações Científicas em acesso aberto (OasisBR), Buscador Coruja.com e outras bases de dados;

b) Documental: Recorre a materiais que não obtiveram enfim um procedimento crítico, ou que ainda podem ser reproduzidos em conformidade com os objetivos da pesquisa. Serão examinados os seguintes documentos: Documentos de arquivos públicos; Publicações parlamentares e administrativas; Estatísticas (censos); Documentos de arquivos privados; Diários e outros tipos de documentos; e

c) Campo: É aquele aplicado com a finalidade de alcançar informações e/ou dados sobre um assunto, onde se busca uma solução, ou de um pressuposto, que se deseje confirmar, ou, ainda, encontrar outros fatos ou as afinidades entre eles. Quanto a este procedimento consistira de levantamento e a coleta de dados serão realizados por meio de observação direta individual e com entrevista. O roteiro da entrevista será composto de questionamentos sobre o assunto da inclusão digital dos velhos e os desafios encontrados por eles para acessarem as inovações tecnológicas.

Para atingir os objetivos a pesquisa de campo ficará assim organizada e estruturada:

a) Locais da pesquisa: Locais da Regional 1 do Município de Fortaleza, e como público-alvo: estaremos entrevistando alguns gestores específicos para responder o que se propõe na pesquisa;

b) Fenômenos a serem estudados: Possibilidades de inclusão digital pelos velhos; e as dificuldades quanto ao acesso dos velhos às tecnologias de informação;

c) Instrumentos de coleta de dados: Entrevista semiestruturada com perguntas fechadas e abertas com auxílio da gravação de áudio; e a Observação direta individual; e

d) Períodos em que os dados serão coletados: De acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

A pesquisa de campo, de abordagem qualitativa propiciará a avaliação de como a inclusão digital está sendo colocada em prática pelas instituições e organizações sociais e também para compreender quais os obstáculos existentes para que esta política continue sendo incorporada para os velhos.

REFERENCIAS

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Da velhice da praça à velhice da roça: revisitando mitos e certezas sobre velhos e famílias na cidade e no rural** [tese-doutorado]. Campinas (SP). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP / 2010.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. Tempo de parar: entre o trabalho e a idade. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 7., 2015. São Luís/MA. Anais... São Luís/MA, 2015

ALCANTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. 2003. 153p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

ALMEIDA, Lília Bilati de et al. **O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira**. *Journal of Information Systems and Technology Management* (Online), São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-67, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEBER, Bernadette; SILVA, Eduardo da; BONFIGLIO, Simoni Urnau. Metacognição como processo da aprendizagem. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 31, n. 95, p. 144-151, 2014.

BRASIL. Ministério da Economia. **Meu INSS**. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/servicos-do-inss/meu-inss/>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

_____. Lei n. 13.466, de 12 de julho de 2017. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências [Internet] Brasília; 2017.

_____. Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso** e dá outras providências [Internet] Brasília; 2003.

_____. Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a **Política Nacional do Idoso**, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências [Internet]. Brasília; 1994.

_____. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil** [Internet] Brasília: Senado; 1988.

CAUDURO, Adroaldo; CAUDURO, Maria Heloísa Fialho. Universidade: **Inclusão digital de velhos**: a descoberta de um novo mundo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 95-103.

DA SILVEIRA, Michele Marinho et al. Educação e inclusão digital para velhos. **RENOTE-Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 8, n. 2, 2010.

FORTALEZA. Diário Oficial do Município. nº 16.658, p. 11 a 14. **Lei Complementar nº 0278, de 23 de dezembro de 2019**. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 0176, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a organização e a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antônio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA(2018). **As decisões diante do envelhecimento populacional**. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/>>. Disponível em: 20 set. 2020.

KACHAR, Vitória. Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 13, n. 2, 2010.

_____, Vitória. **A Terceira Idade e o Computador: Interação e Produção no Ambiente Educacional Interdisciplinar**. São Paulo: PUC/SP, 2001. 206p. Tese de Doutorado em Educação.

LEVY, Pierre (1996): **O que é virtual?** São Paulo, Ed. 34 Literatura.

LIZUKA, Edson Sadao. **Um estudo exploratório sobre a exclusão digital e as organizações sem fins lucrativos da cidade de São Paulo**. 2003. Tese de Doutorado.

Manual de normas para a elaboração de trabalhos acadêmicos / Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza, Biblioteca Fametro. – Fortaleza, 2018. 134 p.: il. color.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Velhos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições SESC, SP, 2007.

OLIVEIRA, Felipe Schroeder de (2006). **Aprendizagem por velhos na utilização da Internet**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

O que são habilidades cognitivas? Disponível em: <<https://www.posestacio.com.br/o-que-sao-as-habilidades-cognitivas/noticia/271>>. Acesso em: 12 dez 2019.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CLAVAIROLLE, Françoise. **Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

PEIXOTO, Clarice. **Entre o enigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade...** In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (org.). **Velhice ou terceira idade: estudos antropológicos sobre identidade e memória e política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

PIMENTA, Íris Linhares. Efeito Moderador do Nível de Escolaridade sobre as Dificuldades e Barreiras na Utilização dos Terminais de Autoatendimento Bancário entre os Idosos. *Movendo Ideias*, Salvador, v. 17, n. 1517-199, p. 19-35, 2 jul. 2009.

RABÊLO, Francisco Chagas Evangelista.; NASCIMENTO Ana Júlia Rodrigues do. O Idoso e a Modernidade: Dilemas e Esperanças. In: **Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia**, 12., 2007. Goiânia/GO. Anais... Goiânia/GO, 2007.

REIS, Carolina de Fátima Sane; DA SILVA GONÇALVES, Maria Célia; ZAGANELLI, Margareth Vetis. O idoso e o acesso aos serviços bancários: estudo de caso sobre a relação entre os serviços de autoatendimento bancário e a população envelhecida. **HUMANO**, p. 55, 2018.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. Concepções teórico-filosóficas sobre envelhecimento, velhice, idoso e enfermagem geronto geriátrica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 6, p. 1035-1039, 2010.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 155-168, Mar. 2008 .

TAVARES, Maria Matias Kesting; SOUZA, Samara Tomé Correa. **Os velhos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação**. *Novas tecnologias na Educação*, v. 10, n.1, jul.2012.

TEMÓTEO, José Ricardo. **A alfabetização digital para velhos**: Benefícios e dificuldades. Monografia (Especialização em Gerontologia. Fortaleza. Faculdade Ateneu, 2011. 117 p.